

Em Roma

Negociações de paz continuam sem progressos

por Tomás Vieira Mário, da AIM

As negociações de paz para Moçambique, em Roma, entre o Governo e a Renamo permanecem sem quaisquer progressos palpáveis, continuando num ritmo de quase paralisação, em resultado da persistência de divergência de fundo entre as partes e de prolongadas ausências do coordenador da mediação, o parlamentar Mario Raffaelli, envolvido na campanha eleitoral italiana.

Raffaelli, que representa o Governo italiano na equipa da mediação, encontrou-se ontem à noite com as suas delegações na Praça de S. Egidio, na companhia dos mediadores católicos italianos e do arcebispo da Beira D. Jaime Gonçalves. Desde sexta-feira passada, Raffaelli encontrava-se na região de Trento, no

norte da Itália, seu círculo eleitoral.

Depois que a Renamo rejeitou, na sexta-feira, a última proposta dos mediadores, relativa à composição da Comissão Nacional das Eleições, o encontro, avaijou a existência ou não de um clima favorável ao prosseguimento da ronda. Fontes ligadas às negociações, contactadas

pela AIM, mantêm contudo um prognóstico de cepticismo, considerando que a ausência de acordos conclusivos já pouco terá a ver com divergências de algum modo justificáveis.

Na linha das informações a que a AIM tem tido acesso desde o início da ronda, as últimas notícias continuam a fazer transparecer a persistência de contradições em torno de uma significativa gama de matérias, a serem contemplados no Protocolo III, relativo ao futuro regime eleitoral moçambicano.

Dentre tais assuntos, de salientar desta vez a prevalência de diferenças em torno do ponto relacionado com as condições em que deve ocorrer o repatriamento e reintegração nacional dos cerca de um milhão de cidadãos refugiados no vizinho Malawi, África do Sul e no Zimbabue.

Segundo a fonte da AIM, as duas partes mantêm-se em desacordo quanto a uma definição precisa de refugiado moçambicano. Para o Governo, que nos seus documentos tem considerado indispensável clarificar conceptualmente a personalidade do refugiado moçambicano, o Protocolo III devia observar o consagrado na Convenção de Genebra e na Carta da Organização de Unidade Africana (OUA), sobre o assunto.

A Renamo, por seu lado, estaria a considerar irrelevante a carta da OUA a esse respeito, aceitando apenas a Convenção de Genebra que, ao contrário do documento africano, não se ocupa de casos específicos, designadamente do continente africano.

"Na posição do Governo, a ausência de conceitos precisos nesta matéria poderia resultar em casos de atentado a interesses nacionais ou, no mínimo, obrigaria a que viesse a ser necessário estudar o caso particular de cada cidadão que regressasse ao país na condição de refugiado", sublinha a fonte da AIM.

Naquilo que para alguns observadores surge como desacordos absurdos, aparecem como obscuras as razões que estariam a levar a Renamo a recusar as deliberações da OUA neste assunto, visto tratar-se de uma carta que completa a Convenção de Genebra, situando-a no contexto africano.

Na base destas informações, adianta-se à opinião pública moçambicana a sugestão de que a Renamo estaria a associar-se a interesses pouco transparentes, porventura até alheios a si própria, enquanto movimento armado moçambicano.

De sublinhar que, na sua proposta inicial em relação a este ponto específico, a Renamo defendia expressamente, no seu documento, que aos refugiados regressados, dever-se-ia garantir o direito ao voto e à recuperação de bens deixados no território nacional. Em resposta, o Governo teria considerado desnecessário consagrar estes direitos no Protocolo III, por tratar-se de "direitos óbvios".

Por outro lado, teria referido o Governo, seria necessário enumerar no protocolo todos os direitos constitucionalmente consagrados aos restantes cidadãos nacionais, de que o refugiado é parte, por direito nacional.

De uma forma indirecta, depreende-se nas posições atribuídas ao Governo, o cuidado de prevenir que a cláusula relativa ao regresso dos refugiados viabilizar o retorno ao país de comunidades estrangeiras que o processo de descolonização obrigou a sair de Moçambique, há 17 anos. Dessa comunidade de estrangeiros, a maioria era constituída por cidadãos portugueses, que se instalaram na vizinha África do Sul ou regressaram a Portugal.

Entretanto, o Presidente da Renamo, Afonso Dhakama, continua em visitas "privadas" à Europa, designadamente à Itália, donde deverá seguir para Lisboa. A visita de Dhakama continua mantida em segredo pela Renamo, dando azo a especulações das mais diversas, em certos meios de informação internacionais.

Para alguns desses meios, o Presidente da Renamo estaria numa ofensiva diplomática encoberta na Europa, visando angariar simpatias que possam apoiar o movimento armado, em caso de um falhanço do processo de diálogo em Roma, que levaria a opção militar de volta.

Na linha de tal raciocínio, tornar-se-ia, assim, pouco provável que esta décima ronda terminasse com resultados práticos positivos, o que por seu lado, traduzir-se-ia num grave falhanço dos mediadores italianos em conseguir levar Moçambique à paz, por via do diálogo.

Para estes observadores, um falhanço desta ronda, que se prolonga desde há dois meses, só poderia dar como provada a necessidade de o processo negocial passar a envolver imediatamente países observadores, como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Portugal e a França, antecipando o debate das questões militares, de forma a que se estabeleçam rapidamente mecanismos seguros de pressão internacional para o fim da guerra no país.

N. 11/3/92